



**UNIVERSIDADE DO ESTADO DO RIO GRANDE DO NORTE *CAMPUS*  
AVANÇADO DE PATU DEPARTAMENTO DE LETRAS - LÍNGUA PORTUGUESA  
CURSO DE LETRAS - LÍNGUA PORTUGUESA E SUAS RESPECTIVAS  
LITERATURAS-DLV**

**JOSIVAN SANTOS OLIVEIRA**

**REFLEXÕES SOBRE A EFICÁCIA DOS PROGRAMAS EDUCACIONAIS PARA A  
EDUCAÇÃO DE JOVENS E ADULTOS**

**PATU - RN  
2024**

**JOSIVAN DOS SANTOS OLIVEIRA**

**REFLEXÕES SOBRE A EFICÁCIA DOS PROGRAMAS EDUCACIONAIS PARA A  
EDUCAÇÃO DE JOVENS E ADULTOS**

Monografia apresentada ao Curso de Letras – Língua Portuguesa e respectivas literaturas da Universidade do Estado do Rio Grande do Norte – UERN, Campus Avançado de Patu – CAP, como requisito para obtenção do título de Licenciado em Língua Portuguesa.

Orientadora: Prof.<sup>a</sup> Dr.<sup>a</sup> Antônia Sueli da Silva Gomes

**PATU - RN  
2024**

© Todos os direitos estão reservados a Universidade do Estado do Rio Grande do Norte. O conteúdo desta obra é de inteira responsabilidade do(a) autor(a), sendo o mesmo, passível de sanções administrativas ou penais, caso sejam infringidas as leis que regulamentam a Propriedade Intelectual, respectivamente, Patentes: Lei nº 9.279/1996 e Direitos Autorais: Lei nº 9.610/1998. A mesma poderá servir de base literária para novas pesquisas, desde que a obra e seu(a) respectivo(a) autor(a) sejam devidamente citados e mencionados os seus créditos bibliográficos.

O48r     Oliveira, Josivan dos Santos  
            Reflexões sobre a eficácia dos programas  
            educacionais para a Educação de Jovens e Adultos. /  
            Josivan dos Santos Oliveira. - Patu-RN, 2024.  
            48p.

            Orientador(a): Profa. Dra. Antônia Sueli da Silva  
            Gomes.

            Monografia (Graduação em Letras (Habilitação em  
            Língua Portuguesa e suas respectivas Literaturas)).  
            Universidade do Estado do Rio Grande do Norte.

            1. Políticas educacionais. Educação de Jovens e  
            Adultos. Desafios. Ensino.. I. Gomes, Antônia Sueli da  
            Silva. II. Universidade do Estado do Rio Grande do Norte.  
            III. Título.

O serviço de Geração Automática de Ficha Catalográfica para Trabalhos de Conclusão de Curso (TCC's) foi desenvolvido pela Diretoria de Informatização (DINF), sob orientação dos bibliotecários do SIB-UERN, para ser adaptado às necessidades da comunidade acadêmica UERN.

**JOSIVAN DOS SANTOS OLIVEIRA**

**REFLEXÕES SOBRE A EFICÁCIA DOS PROGRAMAS EDUCACIONAIS PARA A  
EDUCAÇÃO DE JOVENS E ADULTOS**

**TERMO DE APROVAÇÃO**

Aprovada em: 15 / 12 /2024

**Banca Examinadora**



Prof.ª Dr.ª Antônia Sueli da Silva Gomes (Orientadora)  
Universidade do Estado do Rio Grande do Norte – UERN



Prof. Me. Sanzio Mike Cortez de Medeiros  
Universidade Estadual da Paraíba – UEPB



Prof. Esp. Alex Souza Bezerra  
Universidade do Estado do Rio Grande do Norte – UERN

## **AGRADECIMENTOS**

Expresso minha sincera gratidão:

A Deus, pela minha saúde e capacidade de aprendizagem, e pela concretização desse sonho.

À minha orientadora, Antônio Sueli da Silva Gomes, uma professora exemplar que tive o prazer e a honra de ter como incentivadora e orientadora neste processo.

A minha professora e colega Dacy Alves, pelo encorajamento no aprendizado bem no início deste projeto. Tais ações de incentivo no passado, possibilitaram alcançar esse objetivo no presente.

A todos os professores do curso de graduação, pelo incentivo e pelos conhecimentos compartilhados.

À minha família, por fazer parte dessa história, e pela ajuda em todos os aspectos.

Aos meus colegas da graduação, pela gentileza e receptividade do grupo, cujos, acolhimento e companheirismo fizeram parte em todos os momentos.

A todos que contribuíram comigo na formação da minha identidade e na construção de um sujeito melhor.

“Não há saber mais ou saber menos:

Há saberes diferentes”

Paulo Freire (1987, p.68)

## RESUMO

A Educação de Jovens e Adultos no Brasil destaca-se por ser uma modalidade de ensino direcionada à alfabetização dos sujeitos que não tiveram acesso ao ensino na idade adequada. Nesse sentido, a EJA é tema em destaque da pesquisa ao relacionarmos a eficácia dos programas educacionais para esta modalidade, e consequentemente os desafios enfrentados pelos sujeitos envolvidos no processo. A falta de inclusão equitativa dos sujeitos e de respeito à heterogeneidade desse público-alvo são alguns dos fatores que afetam negativamente a relação entre as políticas públicas e a eficácia dos programas ofertados para a EJA, assim como os possíveis efeitos para o ensino-aprendizagem nessa modalidade. Este trabalho monográfico teve como objetivos analisar os programas educacionais voltados para a Educação de Jovens e Adultos e como a sua eficácia pode ser afetada por políticas públicas inadequadas. Com esse objetivo, desenvolveu-se uma pesquisa qualitativa, de base bibliográfica e explicativa, com embasamento nos estudos de Gadotti e Romão (2012), Pierro (2012), Arroyo (2010), Freire (2011), Galvão (2015), Serra e Furtado (2016), Marquez e Godoy (2020), Santos (2021), Pereira (2018), Brandão (2011), Costa e Machado (2018), dentre outros autores. A análise bibliográfica, apontam que as diferenças instrucionais, etárias e econômicas, dificultam também o acesso a uma educação equitativa para todos, circunstâncias pelas quais a Educação de Jovens e Adultos acaba sendo comprometida. Conclui-se que, as políticas públicas para a EJA precisam ser repensadas, desvinculando-se da mera capacitação dos sujeitos para o mercado de trabalho, onde prioriza-se tão somente os interesses no desenvolvimento tecnológico e financeiro do país, bem como seu poder de compra sem levar em consideração o conhecimento emancipador que proporciona o ensino. Possibilitar uma maior compreensão sobre os desafios enfrentados pela Educação de Jovens e Adultos, e a busca de estratégias para melhorar o ensino e aprendizado na EJA, assim como a contribuição em geral com o maio acadêmico são perspectivas futuras do estudo.

**Palavras-chaves:** Políticas educacionais. Educação de Jovens e Adultos. Desafios. Ensino.

## **ABSTRACT**

Youth and Adult Education (EJA) in Brazil stands out as an educational modality aimed at literacy for individuals who did not have access to education at the appropriate age. In this sense, EJA is characterized by serving young people and adults without age distinction. However, these characteristics bring challenges from deficiencies in the educational public policies provided for this modality. The lack of equitable inclusion of individuals and respect for the heterogeneity of this target audience are factors that negatively affect its implementation. This monographic study aimed to analyze educational programs focused on Youth and Adult Education and how their effectiveness may be impacted by inadequate public policies. To achieve this, qualitative, bibliographic, and explanatory research was conducted, drawing on the works of Gadotti and Romão (2012), Pierro (2012), Arroyo (2010), Freire (2011), Galvão (2015), Serra and Furtado (2016), Marquez and Godoy (2020), Santos (2021), Pereira (2018), Brandão (2011), Costa and Machado (2018), among other scholars. The study discusses how social inequality in Brazil remains a key element in disparities in access to resources, including quality education. Instructional, age-related, and economic differences also hinder equitable access to education for all, compromising the goals of Youth and Adult Education. The study results reveal the crucial importance of educational policies that address the specific realities of these individuals. The research comprehensively demonstrated that developing educational programs aimed at the integral inclusion of individuals while respecting the characteristics of each learner is essential for meaningful learning and achieving the specific objectives of the EJA modality.

**Keywords:** Educational policies. Youth and Adult Education. Challenges. Teaching.

## SUMÁRIO

|                                                                                                                            |           |
|----------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------|-----------|
| <b>INTRODUÇÃO .....</b>                                                                                                    | <b>10</b> |
| <b>1. Fundamentos Teóricos da Educação de Jovens e Adultos (EJA) .....</b>                                                 | <b>14</b> |
| 1.1. Histórico das políticas públicas para EJA no Brasil .....                                                             | 17        |
| 1.2. Tipos de programas educacionais voltados para a EJA e os desafios<br>enfrentados na implementação dos programas ..... | 19        |
| 1.3. Abordagens pedagógicas na EJA .....                                                                                   | 21        |
| 1.4. Contribuições de Paulo Freire .....                                                                                   | 24        |
| 1.5. Avaliação dos programas educacionais existentes .....                                                                 | 25        |
| <b>2 PERCURSO METODOLÓGICO DE PESQUISA .....</b>                                                                           | <b>28</b> |
| 2.1 Apresentação e caracterização da pesquisa .....                                                                        | 28        |
| 2.2 Geração dos dados .....                                                                                                | 28        |
| 2.3 Tratamento dos dados .....                                                                                             | 29        |
| <b>3 REFLEXÕES SOBRE A EFICÁCIA DOS PROGRAMAS<br/>EDUCACIONAIS .....</b>                                                   | <b>32</b> |
| 3.1. Critérios de avaliação de eficácia na EJA .....                                                                       | 30        |
| 3.2. Limitações dos programas educacionais e possíveis melhorias .....                                                     | 31        |
| <b>4. CONSIDERAÇÕES FINAIS .....</b>                                                                                       | <b>46</b> |
| <b>REFERÊNCIAS .....</b>                                                                                                   | <b>48</b> |

## INTRODUÇÃO

A Educação de Jovens e Adultos (EJA) regulamentada pela Política Nacional de Educação de Jovens e Adultos estabelecida pelo Ministério da Educação em 2006, visa garantir o direito à educação básica para todos os cidadãos, independentemente da idade. Contudo, Costa e Machado (2018) apontam que, na prática, a execução dessas políticas enfrenta obstáculos significativos, como a insuficiência de recursos financeiros e humanos e a falta de infraestrutura adequada.

Ao sugerir uma reformulação nos programas para a EJA, Pierro e Galvão (2015) destacam vários pontos críticos e pontuam que, os programas não atendem as necessidades de cada aluno devido a inadequação nas abordagens pedagógicas e a ausência de métodos que se ajustem às circunstâncias diferenciadas de cada sujeito. Seus argumentos acerca da insuficiência de recursos que promovam políticas públicas inclusiva e uma abordagem pedagógica adaptável para a EJA, expõe a fragilidade da eficácia desses programas e consequências negativas para a modalidade supracitada.

Diante do exposto, acerca da temática abordada, no que concerne aos programas educacionais e às políticas públicas voltadas para a EJA, o presente trabalho monográfico apresenta uma compreensão sobre “a relação entre as políticas públicas e a eficácia dos programas ofertados para a Educação de Jovens e Adultos (EJA), assim como os possíveis efeitos para o ensino-aprendizagem nessa modalidade”.

Partindo desse entendimento, buscou-se responder as seguintes questões de pesquisa: De que forma as políticas públicas existentes para EJA, podem ser consideradas inadequadas para a eficácia dos programas destinados a essa modalidade? Como a eficácia dos programas de EJA, podem ser afetados pela insuficiência de recursos pedagógicos e investimentos específicos para essa modalidade? Quais proposições podem ser levantadas sobre os problemas relacionados à insuficiência de recursos necessários para a garantia da eficácia dos programas de EJA?

Nesse sentido, o objetivo geral é analisar os programas educacionais voltados para a Educação de Jovens e Adultos e como sua eficácia pode ser afetada por

políticas públicas inadequadas. Com objetivos específicos, definimos: investigar consequências de políticas públicas inadequadas na promoção e eficácia de programas para EJA, identificar possíveis problemas relacionados aos recursos destinados a programas para EJA, culminando com o objetivo de possibilitar reflexões sobre o ensino na EJA, considerando os programas existentes e os problemas relacionados aos investimentos específicos.

Visando abordar a problemática sobre a reduzida efetividade no ensino da EJA, este trabalho justifica-se pela necessidade de compreender os fatores que influenciam negativamente essa modalidade de ensino e de encontrar elementos cruciais que permitam desempenhar possíveis alternativas para a melhoria no acesso e a qualidade dos programas educacionais destinados a EJA.

Como pesquisador no que concerne as políticas e os programas para a EJA, remonta da inquietação acerca da experiência como aluno concluinte do Ensino Médio na Escola Estadual Rafael Godeiro no ano de 2018 na modalidade supracitada. Na oportunidade, surgiram interrogações acerca da equivalência nas metodologias de ensino quando confrontados a EJA e o ensino regular. Essas indagações ficaram ainda mais pertinentes após o início do Estágio Supervisionado I do curso de Letras Português e suas respectivas Literaturas em 2023 pela Universidade do Estado do Rio Grande do Norte, como estagiário na EJA.

A Educação de Jovens e Adultos enfrenta desafios históricos e contemporâneos. A revisão da literatura explorará alguns desses desafios através de uma análise detalhada das políticas públicas, teorias educacionais e estudos empíricos. Este capítulo é estruturado para fornecer uma compreensão abrangente do estado atual da EJA, com base em diversas fontes acadêmicas.

Em consideração a isso, a relevância pessoal sobre esse tema parte da possibilidade de identificar possíveis fatores que possam contribuir para a suposta desproporção entre as modalidades de ensino, as quais requerem a busca de soluções imediatas, para o alcance de um ensino-aprendizagem equitativo para todos os sujeitos.

Ademais, presume-se que essa pesquisa seja importante para o meio acadêmico, pois dialoga sobre os possíveis elementos que podem afetar negativamente o ensino-aprendizagem na EJA, e como contrapartida, possibilitar trazer respostas para os questionamentos, e conseqüentemente o entendimento dos

problemas da desigualdade intelectual dos sujeitos dessa modalidade, ainda tão presente na contemporaneidade.

Nesse sentido, a sociedade pode ser beneficiada à medida que discuta e compreenda as desigualdades na educação, como fatores que prejudicam o desempenho dos alunos na Educação de Jovens e Adultos. Freire (2019) argumenta que tais desigualdades podem ser provenientes de incentivo insuficiente e pela falta de ferramentas apropriadas que promovam a liberdade dos sujeitos.

Assim, entende-se que as reflexões possibilitadas por esse trabalho têm apelo social por contribuir para que profissionais da educação delas se apropriem e possam promover a emancipação pessoal e social de estudantes da EJA.

A estrutura da monografia está organizada na ordem de 4 seções principais, que se interligam através de subseções, a saber: a Introdução cuja importância é apresentar e situar informações referentes ao tema proposto, objetivos, problemática, a relevância da pesquisa.

A primeira seção tratará dos Fundamentos Teóricos da Educação de Jovens e Adultos (EJA), elaborando um apanhado sobre o campo de atuação da modalidade, público, entre outras informações pertinentes. O subtópico 1.1. Histórico das políticas públicas para EJA no Brasil, reproduz uma espécie de contextualização histórica de acordo com fontes pesquisadas, no ponto 1.2. Tipos de programas educacionais voltados para a EJA e os desafios enfrentados na implementação dos programas, a apresentação de alguns dos programas elencados pelos pesquisadores nos trabalhos coletados na pesquisa. No subtópico, 1.3. Abordagens pedagógicas na Educação de Jovens e Adultos, traz textos que enfatizam como se dão as práticas pedagógicas no que concerne o trabalho docente. O subtópico 1.4. traz a importância das Contribuições de Paulo Freire para a pedagogia, e no subtópico 1.5. aproxima o leitor um pouco mais do foco central dessa pesquisa, a reflexão sobre a Avaliação dos programas educacionais existentes.

Logo após, a seção 2 abordará o Percorso Metodológico da Pesquisa, apresentando as técnicas e filtros que serão utilizados na produção do trabalho. O subtópico 2.1, especifica sobre a Caracterização da pesquisa, o 2.2. emite a geração dos dados coletados, e 2.3 o tratamento dos dados. Esses pontos são importantes pois estão dialogando diretamente com a discussão e posteriormente a análise da problemática pesquisada.

A seção 3 compreende as Reflexões sobre a eficácia dos programas educacionais, elencando o que para os autores e estudiosos da área, entendem e consideram a respeito da eficácia dos programas educacionais para a EJA, além disso, no subtópico 3.1. Critérios de avaliação de eficácia na EJA, descreve-se pontos que instigam a reflexão sobre o que pode ou não ser entendido como critério avaliativo de eficácia de determinado programa educacional para a modalidade de acordo com a pesquisa. Como subtópico mais conclusivo, o 3.2, apresenta as Limitações dos programas educacionais e possíveis melhorias para fundamentar ou incrementar a modalidade. E por conseguinte, o trabalho se encerra nas Considerações Finais que objetiva retomar elementos básicos do contexto investigado com vistas a discorrer se os objetivos do trabalho foram alcançados e quais perspectivas e encaminhamentos possam vir a ser considerados como sequência de estudo.

## **1. FUNDAMENTOS TEÓRICOS DA EDUCAÇÃO DE JOVENS E ADULTOS (EJA)**

Compreende-se que o histórico sobre a Educação de Jovens e Adultos é importante por marcar ações relacionadas tanto a projetos que não foram consolidadas até os dias atuais, quanto a movimentos sociais, políticos e culturais que fizeram parte de mudanças e novas instaurações de debate, de resistência e de ressignificados. Nesse intuito, esta seção tratará de apresentar marcos importantes no percurso da EJA, desafios e avanços necessários para a compreensão de tal modalidade, na busca por melhorias e espaço amplo para discussão, na oferta de uma educação mais efetiva e que dialogue com os reais objetivos da modalidade para seu público-alvo.

Segundo Pierro (2015), a Educação de Jovens e Adultos EJA não ganha espaço de destaque, tão pouco é tema educacional corriqueiro nos livros de história relacionado à educação no país. O autor ainda destaca que a EJA é uma modalidade de ensino que foi vista desde sempre como uma emergência correcional para suprir o atraso escolar, e deste modo é responsável por suprimir o direito educacional pleno, igualitário e equitativo para todos os sujeitos.

A Educação de Jovens e Adultos no que se considera anterior aos anos 1930, era uma modalidade sem destaque quanto se trata de um combate pelas exigências de uma educação igualitaria para todos os cidadãos. Paiva (2003) argumenta que pelos idos dos anos 1870 e 1880 a instrução de adultos contasse com classes em quase todas as províncias, a baixa frequência escolar desses adultos terminou por frustrar as iniciativas oficiais, e, portanto, estas foram extintas em decorrência desse fator, em contrariedade ao Regulamento de 1854.

O ressurgimento das escolas noturnas para adultos, veio em determinação da Lei Saraiva (Lei 3.029, de 09 de Janeiro de 1881), que designava que todos eleitores soubessem ler e escrever, no entanto, não surtindo efeito para um aumento considerável no sistema educativo desses sujeitos.

A EJA teve como antecessor o Movimento Brasileiro de Alfabetização (MOBRAL), criado durante o regime militar por volta do ano de 1967. Em meio aos indicadores de analfabetismo elevado no Brasil, o governo federal tomou iniciativa para reduzir o índice de analfabetos no país.

Anterior ao (MOBRAL), a alfabetização para adultos contou com outras iniciativas e campanhas, tais como a Campanha de Educação de Adolescentes e Adultos CEAA, de (1947-1950), sendo a base da modalidade EJA no Brasil que em seu desenvolvimento até a contemporaneidade passou por diversas reformulações.

Essa modalidade de ensino tinha como objetivo erradicar o número elevado de brasileiros iletrados e foi promovida pelo Ministério da Educação e Saúde em 1947. A Campanha de Erradicação do Analfabetismo (CEA), assim como a Campanha Nacional de Educação Rural (CNER), juntas formam a base do que conhecemos hoje como Educação de Jovens e Adultos (EJA). A CEAA teve seu funcionamento por volta dos anos 1947 a 1963, por intermédio do (SEA), Serviço de Educação de Adultos, supervisionado pelo Departamento Nacional de Educação.

Segundo Paiva (2003, p.208) a Campanha de Educação de Adolescentes e Adultos (CEAA) tinha como fundamento regimental o crescimento das bases eleitorais, e a desagregação das ideologias "daninhas e anormais" bem como a expansão da participação popular, e a consolidação da ordem vigente dentro do sistema governamental. Com recursos mais escassos em 1957 a CEAA teve seu funcionamento mergulhado na precariedade, com resultados insuficientes.

Naquele período, a modalidade supracitada ainda esboçou uma recuperação criando o (SIRENA), que tinha seu funcionamento no Sistema de Rádio Difusão, com vertiginoso declínio nesse período a modalidade já supracitada ficou conhecida como fábrica de eleitores, não surtindo efeitos diante de uma perspectiva educativa.

Com base em estudos que apontam que a visão social e institucional, caracterizam a (EJA) como uma educação de "segunda classe" afetando negativamente sua valorização e a destinação de recursos, define-se algumas hipóteses para a temática em questão: políticas públicas inconsistentes que comprometem o ensino-aprendizagem na EJA, desfavorecendo e afetando negativamente os programas que visam o fortalecimento do ensino e a permanência desses alunos no ambiente escolar e a carência de programas de letramento e de alfabetização para a EJA que pode contribuir para a multiplicidade de aspectos que ocasionam e sucedem o ciclo de baixa escolaridade proveniente dos efeitos da evasão escolar entre os alunos dessa modalidade.

A partir do Método Paulo Freire no ano de 1960, a modalidade ganhou uma nova abordagem de educação conscientizadora e crítica, no entanto, essa nova abordagem desagradou ao governo militar em 1964. O método Paulo Freire, também conhecido como "Pedagogia do Oprimido" destoava fortemente do regimento militar que via nessa metodologia uma inclinação para a desordem no país, pela ótica do regime militar que se questionando a estrutura de poder, poderia resultar numa ameaça à ordem e consequentemente incentivar mobilizações e contestações contrárias ao poder vigente.

Em 1964 se inicia no Brasil o golpe militar, sufocando e reprimindo todo e qualquer movimento educacional e cultural libertador e (conscientizador). No Brasil, em meio a todas essas mudanças regimentais o educador Paulo Freire é convidado em 1962 por Aluísio Alves, na época governador do Estado do Rio Grande do Norte, com o propósito de participação desse programa, especificamente na cidade de Angicos, onde posteriormente foram alfabetizados 300 alunos adultos sob uma perspectiva de uma educação libertadora.

Entretanto, o sucesso do método educacional obtido pelo educador Paulo Freire, traria consequências negativas dois anos depois, pelo mesmo João Goulart que anteriormente parabenizou o governador norte-rio-grandense pelo estabelecimento do programa na cidade supracitada, sob argumentos de que a cidadania estaria sendo estimulada pela alfabetização.

Em 1963, as 40 horas de Angicos-RN, torna-se uma referência histórica do sistema educacional brasileiro, sobretudo na conjuntura da alfabetização de adultos. A cidade de Angicos-RN, portanto, fica reconhecida como um marco geográfico memorável, graças ao projeto piloto de alfabetização conduzido pelo Educador Paulo Freire, e consequentemente ficou conhecido por esse nome.

Como já mencionado, o projeto objetivava alfabetizar o número de 300 trabalhadores rurais num prazo reduzido de 40 horas de aula, o método inovador de Paulo Freire consistia e não apenas inserir a metodologia tradicional de ensinar a ler e escrever, tal metodologia consistia em envolver os alunos a vivenciarem em conjunto suas realidades em discussões que envolvia palavras e circunstâncias vivenciadas no cotidiano, tais como salienta Freire (1963);

Precisávamos também de que esse algo fosse uma fonte de motivação para o analfabeto querer ele mesmo montar o seu sistema de sinalizações. Motivação que viesse se somar à sua apetência educativa em relação direta, como já foi dito, com a transitivação de consciência. (Freire, 1963, p. 14).

A proposta inovadora de Paulo Freire, trouxe novas possibilidades para a educação, abrangendo e considerando as diferentes situações do público a ser atendido, trabalhadores que entendiam sobre seus afazeres, utilizando de seus próprios conhecimentos de mundo, mobilizando novas aprendizagens de leitura e escrita.

Nesse sentido, o texto apresentou também, um retrospecto acerca dos primeiros registros sobre o tema da Educação de Jovens e Adultos no Brasil, contexto e movimentos que marcaram o campo educacional do País. Partindo desses conceitos, o próximo subtópico visa a discutir sobre o histórico das políticas públicas para a EJA de forma mais acentuada.

### **1.1. Histórico das políticas públicas para EJA no Brasil**

Ao explorar o princípio das tentativas para se oportunizar uma educação ao alcance de todos, remonta-se à educação jesuítica durante o período colonial, onde a sua oferta já era marcada por inúmeras problemáticas. Desde então, a EJA, historicamente, tem sido uma modalidade educacional marginalizada, enfrentando diversos desafios, desde a falta de políticas públicas eficientes, até as percepções sociais que desvalorizam essa forma de educação, Gadotti e Romão (2012).

Esta modalidade de ensino é caracterizada pela sua importância social e educativa, atuando como um instrumento fundamental para a inclusão social e o desenvolvimento pessoal de milhões de brasileiros que, por diferentes razões, não puderam concluir sua educação básica na idade apropriada.

A partir de então, devem ser considerados alguns aspectos importantes, como a criação do Instituto Nacional de Estudos Pedagógicos (INEP) em 1938, que oportunizou a contemplação de programas com ações voltadas para a Educação de Jovens e Adultos (Santos, 2021, p.10).

Santos (2021), complementa ainda que, o auge da EJA, tem seu momento entre os anos 1959 e 1964 (antes do período militar), fortalecida e encorajada pela pedagogia de Paulo Freire, teoria pela qual se propõe uma alfabetização inovadora,

marcando no Brasil, uma renovação importante para a Educação de Jovens e Adultos. O tema, será mais aprofundado no decorrer deste trabalho monográfico.

Conforme Gadotti e Romão (2012), a Educação de Jovens e Adultos (EJA), se destaca por ser uma modalidade de ensino que, necessita urgentemente de políticas públicas no campo acadêmico, que proporcione um melhor desempenho do ensino, e que contribua para uma adaptação do currículo, para atender as necessidades dos alunos envolvidos no processo de ensino-aprendizagem. Tais contextualizações e interação com esses dados, remete a reflexões acerca da eficácia e a qualidade dos programas educacionais ofertados para a (EJA), que nos proporciona analisar mais profundamente os planejamentos e os resultados desses programas.

Freire (2019) destaca a relevância da EJA como um espaço de transformação social, em que a educação é vista não apenas como um processo de aquisição de conhecimento, mas como um ato de liberdade e empoderamento.

As políticas públicas são fundamentais para a implementação e o sucesso da EJA. Segundo o Ministério da Educação (2006), a Política Nacional de Educação de Jovens e Adultos, visa garantir o direito à educação para todos, promovendo a inclusão social e a cidadania. Costa e Machado (2018) destacam que, embora haja avanços significativos, ainda existem lacunas na implementação efetiva dessas políticas. A falta de políticas públicas direcionadas para a equidade da EJA, evidencia a necessidade de um maior esforço governamental para garantir que todos os cidadãos, independentemente da idade, tenham acesso à educação justa e de qualidade para o aprendizado e a inserção no mercado de trabalho moderno.

Arroyo (2010) argumenta que a falta de acesso a uma pedagogia inovadora perpetua a desigualdade educacional, limitando as oportunidades de aprendizado para adultos. A exclusão desse ensino inovador, portanto, não apenas afeta o aprendizado individual, mas também perpetua a desigualdade socioeconômica ao impedir que os adultos adquiram habilidades relevantes para o mercado de trabalho contemporâneo.

Gadotti e Romão (2012) argumentam que a EJA deve ser vista como uma prioridade nas políticas educacionais, dada sua capacidade de promover a equidade e a justiça social. Entretanto, esta modalidade de ensino tem uma trajetória marcada por avanços e retrocessos, refletindo as oscilações das políticas educacionais brasileiras ao longo das décadas.

Apesar de sua importância, a EJA enfrenta inúmeros desafios que comprometem sua efetividade. Segundo Fernandes e Oliveira (2020), um dos principais problemas é a alta taxa de evasão escolar, resultante de uma combinação de fatores como a necessidade de trabalhar, responsabilidades familiares e a falta de metodologias de ensino que atendam às necessidades específicas dos alunos adultos. Além disso, a inoperância institucional e social para a EJA contribui para a escassez de recursos e o desinteresse por parte das políticas educacionais.

Ainda contribui com esse indicativo, Fernandes e Oliveira (2020), apontando que a evasão na EJA é agravada pela estagnação dos métodos de ensino, o que dificulta o engajamento dos alunos. Sem acesso a uma educação inventiva, muitos alunos enfrentam dificuldades para acompanhar as demandas educacionais, resultando em altas taxas de abandono escolar.

A Educação de Jovens e Adultos é amparada na Constituição Federal de 1988, garantindo a educação para todos. A EJA é também uma política pública com definidas diretrizes na LDB (Lei nº 9.394/1996, e a sua oferta também busca ampliar melhorias nas metas 9 e 10 do Plano Nacional de Educação (PNE), como também o Programa Brasil Alfabetizado (PBA) que tem como enfoque a alfabetização na EJA. A modalidade já mencionada também tem parcerias com estados e municípios que trazem uma importância extrema para sua eficácia, ao passo que o ENCCEJA oferece para a EJA, certificação do ensino fundamental e médio.

## **1.2. Tipos de programas educacionais voltados para a EJA e os desafios enfrentados na implementação dos programas**

A evasão escolar é um dos principais desafios enfrentados pela EJA. Comungando com Fernandes e Oliveira (2020), que pontuam a falta de suporte tecnológico como um fator determinante para a evasão na EJA, pois muitos alunos adultos não possuem acesso a computadores e internet.

Vários aspectos contribuem para determinada deficiência e desenvolvimento da EJA, pois, de acordo com Pierro e Galvão (2015), que direcionam as discussões para o preconceito contra analfabetos, destaca a necessidade de políticas inclusivas. Pierro e Galvão (2015), argumentam que a falta de uma infraestrutura adequada, pode

levar à estigmatização e marginalização dos alunos da EJA, perpetuando a exclusão social e econômica.

Romão (2021) propõe que a modernização na EJA deve ser vista como uma extensão dos direitos humanos, garantindo que todos tenham acesso às ferramentas necessárias para a educação contínua. Romão (2021) argumenta que o acesso a um ambiente escolar modernizado é essencial para a promoção da igualdade educacional, proporcionando aos alunos as mesmas oportunidades de aprendizado e desenvolvimento.

A UNESCO (2015) também reforça essa ideia em sua recomendação sobre aprendizagem e educação de adultos, enfatizando a importância de metodologias inovadoras como um meio para alcançar a igualdade educacional. A UNESCO (2015), destaca que a modernização da EJA, permite que os alunos acessem recursos educacionais e participem ativamente na sociedade digital.

Desenvolve-se também, para uma base teórica, algumas considerações da (VI CONFIENTEA), Conferência Internacional sobre Educação de Adultos da UNESCO, ocorrida em 04/12/2009 em Belém-PA, que resultou em declarações oficiais, e que se reafirmou através dos seus participantes que o desenvolvimento centralizado numa sociedade participativa, focada no ser humano e em seus direitos integrais, possibilitarão o seu justo desenvolvimento sustentável.

O documento da VI CONFIENTEA destaca, nas páginas 14, 18, 21, 22 e 25, os principais desafios para implementação de Políticas Educacionais na EJA, fazendo alusão aos idosos, dentre os quais ressalta:

1 - A produção e efetivação de política pública de Estado para a EJA, centrada nos sujeitos jovens, adultos e idosos com a expressão de toda a diversidade que constitui a sociedade brasileira. Com esse enunciado o documento cita os sujeitos da EJA, situados no contexto de uma sociedade excludente, para sob a responsabilidade do governo, com a participação da sociedade, superar todas as formas de desigualdade e exclusão; e 2- A EJA é indicada como espaço de relações intergeracionais, de diálogo entre saberes, de compreensão e de reconhecimento da experiência e da sabedoria, tencionados pelas culturas de jovens, adultos e idosos; isso é constatado com a presença de várias gerações em sala de aula. (BRASIL, 2008, p. 14).

O Fundo de Manutenção e Desenvolvimento da Educação Básica e Valorização dos Profissionais da Educação (Fundeb), fundo nacional que rege financeiramente a Educação de Jovens e Adultos no Brasil, bem como, programas específicos do Ministério da Educação MEC, também serão selecionados pois tem como atribuição,

implementar programas e iniciativas específicas para apoiar a EJA, que podem incluir recursos financeiros e matérias didáticos.

A falta de infraestrutura tecnológica nas escolas de EJA, por exemplo, é outro desafio significativo. Costa e Machado (2018) destacam que muitas escolas de EJA carecem de recursos básicos, como computadores e acesso à internet, o que dificulta a implementação de programas direcionados para essa modalidade. Costa e Machado (2018) argumentam que sem investimentos significativos em infraestrutura tecnológica para a EJA, a modalidade supracitada continuará a ser um desafio. Fernandes e Oliveira (2020) reforçam essa perspectiva ao argumentarem que a falta de infraestrutura tecnológica nas escolas de EJA, contribui para evasão escolar.

O aporte financeiro deficitário para os programas da Educação de Jovens e Adultos é um fator que pode potencializar a desigualdade educacional em relação ao ensino regular. Freire (2019) destaca que a falta de uma educação participativa, onde os alunos questionem a transformação das suas realidades, contribui para a desigualdade social, econômica e acadêmica desse público-alvo.

Brandão (2011) reforça o método freiriano, destacando a necessidade de uma abordagem participativa, onde a valorização das experiências de vida dos alunos é fundamental para o processo colaborativo, onde alunos e professores aprendem em coletividade, impulsionando a troca de conhecimento e experiências.

Segundo Arroyo (2010), o próprio sistema educacional é responsável pela condição marginalizada da EJA. Em termos de políticas públicas, a modalidade já mencionada é negligenciada no que concerne a investimentos suficientes para seu pleno funcionamento. Essa deficiência é agravada pela instabilidade estrutural que se reflete pela precariedade estrutural de ensino. Freire (2019) sugere que ao promover uma educação inclusiva a EJA possa contribuir para a construção de uma sociedade mais justa e igualitária, onde todos os sujeitos tenham oportunidades de desenvolver seu pleno potencial. No tópico seguinte, as metodologias de ensino visando as necessidades dos educandos da EJA, são temas em evidência com foco nas metodologias inclusivas e na promoção de uma educação direcionada ao aluno e suas peculiaridades.

### **1.3. Abordagens pedagógicas na EJA**

As abordagens pedagógicas devem levar em consideração, especialmente o seu público alvo, considerando o contexto no qual estão inseridos, de forma a contribuir para um melhor desenvolvimento do aprendizado dos alunos, que em sua maioria é composta por trabalhadores, responsáveis por casa, família e etc. Por esse motivo as propostas curriculares precisam atender as necessidades de todos os envolvidos.

De acordo com Oliveira (2009);

Um dos problemas enfrentados pela EJA, historicamente, tem sido decorrente da tendência predominante das propostas curriculares a fragmentação do conhecimento e à organização do currículo numa perspectiva cientificista, tecnicista e disciplinarista que dificulta o estabelecimento de diálogos entre as experiências vividas, os saberes anteriormente tecidos pelos educandos e os conteúdos escolares.

Sendo assim, é necessário que haja uma maior interação coletiva nas aulas, onde o professor em seu planejamento, possibilite abordagens metodológicas voltados para a realidade dos educandos. Neste sentido, é crucial que os alunos da EJA tenham oportunidades de expor suas ideias, pois o conhecimento de mundo dos estudantes da modalidade já mencionada é vasto, e deve ser acolhido e valorizado pelo professor. Isso tornará as aulas mais atraentes e trará contribuição positiva para a permanência desses sujeitos em sala de aula.

Freire (2011), critica essa temática da “educação bancária”, segundo ele, essa educação rígida, autoritária e antidialógica, é um processo pelo qual o professor tem apenas o papel de transferir o seu saber para alunos. Nesta perspectiva o aluno é semelhante a uma “folha de papel em branco”, sem sentimentos, sem conhecimentos e sem participação efetiva no processo de ensino e aprendizado. Freire (2011), destaca que é notável que os alunos trazem consigo experiências amplas nas quais o docente pode trabalhar das mais variadas formas, contribuindo para que o ensino seja mais atrativo ao público supracitado.

De acordo com as diretrizes curriculares nacionais para a EJA, discute-se que o currículo é repensado em consonância com a BNCC, e que deve ser considerado o contexto e história. O curso deve ser precedido de orientação desenvolvimento do projeto de vida do estudante, dando continuidade de sua participação dentro de cada segmento.

Pereira (2018), esclarece melhor ao evidenciar os obstáculos e dificuldades enfrentados pela Educação de Jovens e Adultos, dando ênfase, as práticas

pedagógicas aplicadas. Pereira (2018), destaca a proposta curricular que segue uma lógica infantil, descartando todo um conhecimento de mundo e experiências de vida de cada sujeito, e destaca que:

Podemos observar nitidamente essa falha pedagógica na EJA ao perceber que a proposta curricular dessa modalidade de ensino segue a lógica infantil dos currículos destinados às crianças que frequentam as escolas regulares. Ou seja, toda a particularidade voltada às vivências sociais e culturais desses alunos são ignoradas (Pereira, 2018, p.3).

É uma realidade que remete a proposta curricular estabelecida para a EJA, e que se afasta das realidades e vivências de cada indivíduo inserido nessa modalidade, sem considerar suas dimensões próprias, conhecimentos de mundo, trabalho, sociedade e papel social, sendo, portanto, uma lacuna na prática pedagógica.

Dialogando na mesma linha de raciocínio, Pereira (2018), ainda esclarece mais sobre essa problemática, enfatizando essa falha engessada no sistema que reflete muito sobre o papel do profissional que deve ser extremamente reflexivo e sensível para tal proposta, pontuando que:

Muitos professores da EJA usam a mesma didática para o ensino fundamental de crianças e o ensino fundamental de jovens e adultos, acreditam que a forma de ensinar deve ser a mesma, até mesmo na interação professor – aluno. Quando o professor constrói suas aulas dessa forma ele não leva em conta toda a bagagem social que os adultos já possuem e ainda os infantiliza, restringe-se de falar alguns assuntos por acreditar que os alunos não irão alcançar o diálogo (Pereira, 2018, p. 4).

Nesse sentido, deve ser de total relevância analisar e conhecer as abordagens pedagógicas para a EJA, mais que isso, é saber reconhecer que ela se molda de acordo com a diversidade de conhecimentos a ser refletido nas experiências de vida do público inserido. A valorização dos saberes entrecurriculares onde se respeitam as vivências dos estudantes da EJA, são perspectivas da abordagem freiriana onde o pensamento crítico dos educandos é valorizado, possibilitando aos mesmos a transformação social por meio do ensino. A abordagem freiriana refletem o compromisso com a inclusão, a cidadania e a transformação social, respeitando as particularidades do público atendido.

Concluindo com essa abordagem, Pereira (2018), destaca ainda que a prática curricular consistente só poderá ser encontrada se aceitar os saberes de quem pratica o currículo (os alunos). “Para isso, a EJA deve ser pensada nos espaços da escola e

nos espaços a sua volta [...] um passo fundamental para se pensar nas possibilidades de novos desenhos curriculares destinados a essa educação” (Pereira, 2018, p.5).

Parte desse conhecimento se faz muito efetivo, quando, comunga-se a prática pedagógica alinhada à realidade dos alunos da EJA, onde Pereira (2018), considera que, “um dos objetivos do trabalho pedagógico é incorporar as possibilidades de relacionar os alunos a situações da sua vida cotidiana, para melhorar a sua qualidade de vida em relação à vida em sociedade” (Pereira, 2018, p.5).

#### **1.4. Contribuições de Paulo Freire**

Freire (2019), em sua obra "Pedagogia do Oprimido", salienta a importância da educação como um meio de libertação e transformação social. No contexto da EJA, o acesso a abordagens pedagógicas modernas, pode ser vista como uma extensão dessa visão, proporcionando aos alunos as ferramentas necessárias para se tornarem cidadãos críticos e ativos. Gadotti e Romão (2012) reforçam essa perspectiva ao argumentarem que a educação de jovens e adultos deve ser integral e inclusiva, promovendo tanto a alfabetização quanto a capacidade analítica e pensamento crítico. Os autores destacam que, sem uma abordagem holística, a EJA não pode alcançar seu pleno potencial de transformação social.

Gadotti e Romão (2012) acrescentam que a EJA deve ser adaptada às necessidades específicas dos adultos, integrando práticas educativas que promovam a autonomia desse público-alvo. Os teóricos supracitados sugerem que a utilização das metodologias modernas na educação pode facilitar o aprendizado autônomo, permitindo que os alunos acessem informações e recursos educacionais fora da sala de aula.

A metodologia freireana, ao ser aplicada na EJA, pode contribuir significativamente para esse acesso e inclusão, ao incentivar o senso crítico e reflexivo. Freire (2019) destaca que a educação deve ser um processo de conscientização, em que os alunos possam questionar as suas realidades e aprendem a transformá-las.

Essa mesma metodologia aplicada amplamente na EJA, propõe uma educação crítica e libertadora, essencial para a emancipação dos indivíduos. No entanto, a implementação dessa metodologia enfrenta desafios significativos, incluindo a

resistência das instituições de ensino e a falta de formação adequada para os educadores.

A Lei de Diretrizes e Base da Educação, determina a (EJA), Educação de Jovens e Adultos, como elemento integrante da Educação Básica. Assim, é essencial que os matriculados nessa modalidade de ensino, não sejam suprimidos do processo de definição das aprendizagens mínimas conforme estabelece a Base Nacional Comum Curricular (BNCC 2018).

O Ministério da Educação (MEC) por meio de Claudia Alves Costa, diretora de Políticas de Alfabetização e Educação de Jovens e Adultos e da Secadi (Secretária de Educação Continuada, Alfabetização, Diversidade e Inclusão) numa audiência pública realizada no dia 12/ de junho/ 2023 na Câmara dos Deputados, enfatizou a falta de atenção especial para modalidade (EJA), bem como a integração da Educação de Jovens e Adultos, com a educação profissional e tecnológica. A diretora frisou ainda o histórico de invisibilidade do público trabalhador atendidos por essa modalidade.

Percebe-se que em meio a gama de problemáticas existentes no histórico da EJA nos periódicos e revistas que dialogam com essa modalidade na educação, a questão da inclusão da EJA na educação tecnológica e digital tem sido um tema muito recorrente nas produções, por inúmeros aspectos e indicadores que serão discutidos posteriormente.

Freire (2019) pontua que a educação tem que ser a promoção da autonomia e um processo de liberdade. *A educação como prática de liberdade*, é pontuado pelo educador como meio de transformar criticamente a realidade. *Seu método de alfabetização* usa palavras da realidade dos alunos, promovendo a conscientização e a reflexão crítica à medida que, a *valorização do diálogo*, para Freire, envolve uma troca mútua de saberes entre alunos e professores, sem hierarquias. No tópico a seguir, faremos uma análise dos programas ofertados para EJA, aprofundando a compreensão e a relevância da contribuição no desenvolvimento da modalidade supracitada.

### **1.5. Um olhar sobre os programas educacionais existentes**

As políticas públicas quando bem desempenhadas, tem um impacto significativo na qualidade da educação oferecida na Educação de Jovens e Adultos

(EJA). Segundo Arroyo (2010), é o acesso a essas políticas que garante a funcionalidade dos programas a EJA, podendo melhorar o engajamento dos alunos, tornando as aulas mais interativas e interessantes. Arroyo (2010) destaca que a utilização de uma abordagem inovadora no aprendizado permite que os alunos acessem uma ampla gama de recursos educacionais e colaborem com outros alunos e professores de forma mais eficaz.

O Programa Brasil Alfabetizado (PBA) é considerado por Santos (2021) como uma importante política pública estabelecida no Brasil, para a alfabetização de Jovens e Adultos. O avanço na educação básica foca na alfabetização dos alunos da EJA é garantido pelo Programa *Brasil Alfabetizado (PBA)*. O *PNLD-EJA* garante a modalidade materiais didáticos adequados a realidade dos educandos, e aos Jovens de 18 a 29 anos é garantido cursos profissionalizantes e a conclusão do ensino fundamental pelo *ProJovem Urbano*, enquanto que, combinando educação com a formação profissional, o *ProJovem Campo - Saberes da Terra*, atende os jovens e adultos do campo.

A lei que regulamenta o Programa Brasil Alfabetizado, também é a mesma que institui o (PNAT), Programa Nacional de Transportes Escolares, complementada pela Lei Nº 9.424, de 24 de Dezembro de 1996, instituída para garantir aporte financeiro, para o desenvolvimento de programas direcionados à Educação de Jovens e Adultos" (Santos, 2021, p.11).

Fernandes e Oliveira (2020) reforçam essa perspectiva ao argumentarem que essa aprendizagem ativa pode ajudar a reduzir a evasão escolar, proporcionando aos alunos um ambiente de aprendizado mais envolvente e motivador.

A atenção institucional quando projetada para a resolução dos problemas que afeta a educação na EJA também pode melhorar as oportunidades de emprego para os alunos dessa modalidade. Gadotti e Romão (2012) argumentam que as habilidades adquiridas por essa melhoria de oportunidades são cada vez mais requeridas no mercado de trabalho moderno. Uma abordagem que auxilie as competências na comunicação na EJA pode ajudar os alunos a adquirir essas habilidades. Gadotti e Romão (2012) destacam que as oficinas e cursos profissionalizantes podem proporcionar aos alunos as ferramentas necessárias para competir no mercado de trabalho e melhorar suas perspectivas de emprego.

Freire (2019) reforça essa perspectiva ao argumentar que a educação deve preparar os alunos para participarem plenamente da sociedade moderna. Sem o

acesso, alunos da EJA podem ficar marginalizados no mercado de trabalho, limitando suas possibilidades de progresso profissional e pessoal. Além disso, essa inclusão na EJA tem o potencial de promover a inclusão social e a cidadania.

Segundo Pierro e Galvão (2015), o acesso a essas diretrizes permite que os alunos se tornem mais autossuficientes e capazes de participar plenamente na sociedade moderna. Pierro e Galvão (2015) argumentam que essa valorização dos alunos pode ajudar a reduzir a exclusão social, proporcionando aos alunos as habilidades necessárias para competir no mercado de trabalho e participar ativamente na vida cívica. Romão (2021) propõe que esse reconhecimento e relevância com o aluno da EJA deve ser vista como uma extensão dos direitos humanos, garantindo que todos tenham acesso às ferramentas necessárias para a educação contínua.

Discutir sobre a EJA revela que esta modalidade de ensino colheu fracassos e sucessos em seu caminho, mas não perdeu de vista a relevância da alfabetização e dos processos de aprendizagem. É indiscutível que a EJA é um direito que garante ao cidadão as condições de pertencimento à sociedade que lhe permite interagir, identificar-se e refletir sobre os processos de existência e funcionamento das instituições, a partir da visão de mundo que o conhecimento possibilita construir. Na próxima seção, apresentaremos a metodologia desenvolvida para alcançar os objetivos definidos para os propósitos desta pesquisa.

## **2 PERCURSO METODOLÓGICO DE PESQUISA**

### **2.1 Apresentação e caracterização da pesquisa**

Para o desenvolvimento do levantamento de dados necessitou-se a elaboração de uma pesquisa de cunho qualitativo a respeito de conteúdos que trouxeram mais autenticidade aos estudos prévios sobre a temática abordada. Minayo (1994, 2000) destaca que a pesquisa qualitativa é especialmente valiosa em contextos onde é necessário explorar novos tópicos ou aprofundar o entendimento de fenômenos complexos que não podem ser facilmente quantificados.

A pesquisa é também explicativa, pois segundo Pádua (2019), este tipo de pesquisa se caracteriza como uma abordagem que procura observar as causas e os fatores determinantes de um fenômeno. Pádua enfatiza que o que é fundamental nesse tipo de pesquisa é entender não só “o que” e o “como”, mas sobretudo o “porquê” dos acontecimentos, procurando estabelecer relações de causas e efeitos.

A metodologia adotada seguiu de uma abordagem sistemática para garantir a abrangência e a relevância das fontes que serão selecionadas. O objetivo dessas técnicas de pesquisa estará voltado para identificar, analisar e sintetizar as contribuições acadêmicas, estudos e dados relacionados à Educação de Jovens e Adultos.

### **2.2 Geração dos dados**

Para a Seleção da base de dados foram selecionados um total de 10 artigos de repositórios acadêmicos reconhecidos, como Scielo, Google acadêmico, periódico capes, e outras revistas especializadas em educação. Buscando as palavras-chave ou a utilização de buscadores incluindo os termos como "Educação de Jovens e Adultos", "EJA", " Programas da EJA ", "Políticas Públicas", "Paulo Freire", "Teorias Educacionais", e “documentos norteadores para EJA”. Não meramente, os dez artigos escolhidos, abordam impactos e desafios da EJA relacionando as políticas públicas ofertadas a ela. A escolha traz um melhor entendimento sobre como as políticas

públicas influenciam na promoção e eficácia dos programas educacionais para modalidade EJA.

Quanto aos critérios de inclusão e exclusão de dados, estabeleceu-se critérios de inclusão para selecionar os estudos mais relevantes. Os critérios visavam as publicações em português, estudos publicados nos últimos 10 anos, e artigos que abordavam diretamente a temática da EJA, políticas públicas, e programas educacionais direcionados a EJA.

Para a etapa de coleta e análise de dados os estudos selecionados fizeram parte do esboço para revisão quanto ao conteúdo, metodologia, resultados e conclusões, assim, Marconi e Lakatos (2001) acentua que a coleta de dados é a etapa da pesquisa em que se inicia a aplicação dos instrumentos elaborados e das técnicas selecionadas, a fim de efetuar a coleta dos dados previstos [...] O rigoroso controle na aplicação dos instrumentos de pesquisa é fator fundamental para evitar erros e defeitos resultantes de entrevistadores inexperientes ou de informantes tendenciosos (Marconi e Lakatos, 2001, p. 183).

As informações relevantes foram extraídas para uma melhor comparação e síntese dos dados no capítulo final, analítico, porém, a ênfase dada nesse percurso formativo sobre o que dizem os autores e pesquisadores sobre os programas educacionais e as políticas públicas voltadas para a EJA possuem singularidade para um esclarecimento mais abrangente sobre as problemáticas indicadas no corpo do texto. A análise focou nos desafios enfrentados pela EJA, as políticas públicas implementadas, e as teorias educacionais aplicáveis conforme os objetivos propostos.

### **2.3 Tratamento dos dados**

O tratamento dos dados gerados para esta pesquisa, remete a reflexões acerca da eficácia e da qualidade dos programas educacionais ofertados para a (EJA), a fim de proporcionar uma análise mais profunda sobre os planejamentos e os resultados desses programas, dentre eles, destaco os programas como *EJA-EaD* que tem como objetivo ofertar o acesso e encurtar as distâncias geográficas através do ensino remoto, bem como *O PRONAEJA* sendo outro programa essencial pois apoia estados e municípios promovendo o aporte financeiro para EJA.

Para caracterizar a integração dos dados obtidos, as informações foram realizadas de forma narrativa. A técnica designada para tratamento desses dados foi a seleção que, segundo Marconi e Lakatos (2001), refere-se à:

Seleção: é o exame minucioso dos dados. De posse do material coletado, pesquisador deve submetê-lo a uma verificação crítica, a fim de detectar falhas ou erros, evitando informações confusas, distorcidas, incompletas, que possam prejudicar o resultado da pesquisa [...] A seleção cuidadosa pode apontar tanto excesso como a falta de informações. Nesse caso, a volta ao campo par reaplicação do instrumento de observação pode sanar essa falha. A seleção concorre também para evitar posteriores problemas de codificação (Marconi e Lakatos, 2001, p. 184-185).

Nesse sentido, o tratamento dos dados buscou integrar os resultados dos diferentes materiais consultados, considerando a descrição dos temas dos artigos e a abordagem de cada um, descritores aproximados com a temática dessa pesquisa, formulando uma sistematização a partir de suas sínteses para fornecer uma visão abrangente e crítica sobre a temática no processo de seleção. Tal procedimento segue o protocolo da análise de conteúdo de Bardin (1977), segundo a qual seu objetivo é “a manipulação da mensagem (conteúdo e expressão desse conteúdo), para evidenciar os indicadores que permitam inferir sobre uma outra realidade que não a da mensagem” (p. 46).

Importa declarar que a análise de conteúdo é uma técnica bastante utilizada em pesquisas qualitativas, através de uma descrição sistemática e objetiva do material da mensagem, visando a compreender o sentido do texto.

Dessa forma, a sistematização permitiu a identificação de padrões, lacunas e áreas emergentes na pesquisa sobre EJA e as políticas públicas, ao compasso analítico com a contribuição de autores e estudiosos da área, que embasaram a parte de análise do conteúdo. Esta etapa permitiu apresentar e descrever os principais aspectos identificados nas leituras e interpretações dos dados coletados, artigos e estudiosos que dialogam sobre os referidos dados, seja no quesito das políticas educacionais como contribuintes para a modalidade da EJA, ou como desafios e ações que não desempenharam um papel eficiente dentro desse campo discursivo. Portanto, essa abordagem na pesquisa foi fundamental para a obtenção e análise da coleta de dados e capítulo analítico.

Seguindo nesse percurso, a revisão da literatura materializou o apoio teórico de autores que contribuíram com as informações precisas, descrevendo com objetividade os dados necessários à análise pretendida. Objetivou-se com essa metodologia sistemática, garantir uma revisão abrangente e bem fundamentada sobre a Educação de Jovens e Adultos, fornecendo uma base sólida para futuras pesquisas e intervenções políticas nessa modalidade.

### 3 REFLEXÕES SOBRE A EFICÁCIA DOS PROGRAMAS EDUCACIONAIS

A análise, embasada em uma fundamentação teórica ampla, teve como objetivo buscar respostas para os questionamentos, possibilitando a aplicação de uma metodologia inovadora no ensino-aprendizagem. A pesquisa atentou para as lacunas que comprometem a eficácia dos programas educacionais oferecidos à EJA, uma problemática que pode ser revisitada no início deste estudo. Dessa forma, o tratamento dos dados aborda as discussões dos autores sobre esses temas, com foco na identificação dos problemas.

Contextualizando agora com a coleta de dados, abordando os artigos e trabalhos, faremos uma explanação breve sobre cada um, de acordo com suas abordagens e considerações.

No artigo, *Políticas Públicas Para a Educação de Jovens e Adultos*, de Cerrati (2007) destaca que por volta de 1950, o Brasil estava em desenvolvimento. Nesse período as ações governamentais relacionadas ao analfabetismo, tinham como propósito maior, escolarizar o sujeito iletrado para torna-lo eleitor em potencial.

No trabalho intitulado, *EJA: Uma Educação Possível ou Mera Utopia?* Das autoras Lopes e Sousa (2007), se destaca o desenvolvimento da alfabetização de adultos no Brasil, desde o princípio, quando fez parte do corpo educacional os jesuítas.

Segundo Lopes e Sousa (2007), é essencial que as políticas públicas voltadas para a capacitação do professor, levando em consideração duas perspectivas: a primeira, vem o aperfeiçoamento por cursos de capacitação, seminários e metodologias ativas onde se destaca a educação inclusiva que seria a via externa. A segunda à via interior, onde cada professor reflete sobre seu papel social e compromisso com a inclusão, onde cada um pode se perguntar se está considerando os fatores sociais, econômicos e culturais de cada estudante.

Lopes e Sousa (2007), enfatizam ainda a preocupação das instituições de ensino com a formação do corpo docente, o que não é garantido integralmente pelas políticas públicas educacionais, tendo em vista os desafios específicos que demanda a Educação de Jovens e Adultos (EJA).

Sob tal perspectiva, é destacado que o professor, apesar de trazer consigo um acúmulo de saberes adquiridos ao longo de seu processo de aperfeiçoamento,

necessita compreender que o aprendizado é um processo em constante evolução. A troca de saberes entre aluno e professor é, portanto, um benefício mútuo, como ressalta Pinto (2000).

A autora Pereira (2018) considera que, mesmo depois de muito tempo da implementação a modalidade EJA, a categoria ainda apresenta muitas inconstâncias, e o currículo ainda é caracterizado sob uma metodologia ou currículo tradicional, trazendo uma crítica quanto a essa atuação pedagógica. Pereira (2018) pontua que:

Até os dias atuais ainda encontramos dificuldades na atuação dos educandos na modalidade de ensino destinada aos jovens e adultos. Muitos professores não conseguem abordar uma temática menos infantil àqueles que já possuem uma trajetória na vida, que por diversos motivos não conseguiram dar continuidade ao ensino regular na idade estabelecida pelas leis educacionais. Ao longo de toda a trajetória, e até os dias atuais a educação de jovens e adultos vem trazendo problemas na organização do currículo, os educadores não estão preparados para atuar com os adultos em sala de aula (Pereira, 2018, p. 02).

Pereira (2018), ainda acentua em suas discussões, que tal prática só se torna consistente se aceitar os saberes de quem pratica o currículo (os alunos), assim, a EJA deve ser pensada nos espaços da escola e nos espaços a sua volta, para construir propostas curriculares mais adequadas aos alunos[...] pensar nas possibilidades de novos desenhos curriculares destinados a essa educação (Pereira, 2018, p. 05).

Essas falhas fazem parte do histórico da EJA, e que se necessita tomar por base a prática pedagógica em sala de aula, como possível solução na relação professor- aluno pensando em mudanças, como promover a aprendizagem fora dos limites da estrutura escolar limitante e tradicional, Pereira (2018).

Seguindo nessa seleção da coleta de dados, a reflexão se volta para um trabalho mais atual de revisão bibliográfica por Santos (2022), que objetivou identificar publicações científicas realizadas sobre a Educação de Jovens e Adultos, e suas Práticas Pedagógicas, ou seja, através da realização de uma revisão de literatura, buscando contribuições sobre a temática relacionada a EJA.

A pesquisa se desenvolveu como uma revisão de literatura, que dialoga com a recente produção desta monografia, dando sustentação as pesquisas relacionadas a EJA no decorrer dos anos e suas principais dificuldades nesse sentido, autora enfatiza que:

A problematização que direciona esse trabalho parte do intuito de mapear as Práticas Pedagógicas de professores da EJA, explorando pesquisas

apresentadas na Associação Nacional de Pós-Graduação e Pesquisa em Educação (ANPEd) e no Banco de Teses e Dissertações da Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior (BTD da CAPES) que tratam da práxis na EJA (Santos, 2022, p. 3).

No referencial teórico que dialoga com o *contexto histórico da EJA*, a autora também remete que outro problema está na prática pedagógica do professor da EJA, que ainda acontece de maneira mecânica, fragmentada e sem reflexão, ao contrário do que diz seu maior defensor Freire (1989), o qual percebe a Educação de Jovens e Adultos, como um ato que vai além do apenas ler e escrever (Santos, 2022, p.4).

O artigo traz uma descrição detalhada dos temas, e aproximações com a temática evidenciando as poucas as publicações a respeito das práticas pedagógicas na EJA, assim, o resultado da revisão de literatura produzida, ratifica a inquietação acerca da urgência de pesquisas que tratem das práticas pedagógicas na Educação de Jovens e Adultos, visto que a EJA apresenta interfaces históricas no que se refere à negação de direitos, especialmente do direito à educação.

Porém, o que se observa como resultado nessa pesquisa, é que os trabalhos destacados e analisados, indicam a necessidade de reflexão sobre a teoria e prática de professores da EJA. Em especial, salienta-se a relevância de um ensino planejado, que esteja alinhado às trajetórias de vida dos educandos, de forma a enriquecer a práxis docente no campo da Educação de Jovens e Adultos (Santos, 2022, p. 15)."

Um outro trabalho que tem um caráter primordial para a análise e atualização dos dados dessa pesquisa é o artigo de Musial e Araújo (2022), que traz uma abordagem sobre as políticas públicas para a EJA, analisando as publicações no periódico *CAPES*.

Ainda no resumo, Musial e Araújo (2022), pontuam que nos últimos anos vem ocorrendo rupturas nos avanços que vinham ocorrendo no campo das políticas públicas voltadas para EJA (Musial e Araújo, 2022, p. 2).

Porém, a pesquisa não se restringe somente ao termo políticas públicas de/para a EJA, além disso engloba outros aspectos importantes para esta contextualização, assim, essas produções estão centradas em leis e decretos que as instituem, e como se desdobram em sua efetivação, por meio de projetos, programas, campanhas e outros, acentua também, que as políticas públicas na EJA, estão no campo conceitual das políticas públicas focalizadas.

De acordo com Musial e Araújo *apud* Teixeira (2002) é destacado que "Políticas Públicas" são diretrizes, princípios norteadores de ação do Poder Público; regras e

procedimentos para as relações entre Poder Público e sociedade, mediações entre atores da sociedade e do Estado [...] políticas explicitadas, sistematizadas ou formuladas em documentos (leis, programas, linhas de financiamento) que orientam ações, que normalmente envolvem aplicações de recursos públicos” (Musial e Araújo *apud* Teixeira, 2022, p. 3).

Foi produzida a pesquisa pelo descritor Políticas Públicas e Educação de Jovens e Adultos e Políticas Públicas de/para a Educação de Jovens e Adultos, no Portal de Periódicos CAPES, com o objetivo de localizar artigos mais recentes, de 2018 e 2019. Na primeira busca, foram analisados 36 artigos, e uma segunda busca foi contabilizado 65 artigos com relação a temática.

Como resultado das análises dos metadados e metainformações, foram localizados 65 artigos, publicados em periódicos disponibilizados no Portal CAPES, no período de 2000 a 2019, que tratam sobre políticas públicas de/para EJA.

A partir de 2007, observa-se um aumento gradual nas publicações sobre a temática, isso ocorre provavelmente impulsionado pelos avanços no campo das políticas públicas voltadas para a EJA, como com destaque para a criação do Proeja (p. 9), como já mencionado.

Dentre as categorias de análise, utilizadas pelos autores em suas investigações sobre as políticas públicas de/para EJA, as mais recorrentes são: alfabetização, educação, formação de professores, gestão, participação, programas/projetos/campanhas, política (s) e trabalho (Musial e Araújo, 2022, p.15).

Correlacionando, a ampla discussão no campo das políticas públicas em todas as dimensões sociais, é consenso entre os pesquisadores a necessidade de uma ampla discussão em torno de um novo pacto federativo.

Um dos temas nesse debate atual, em torno desta repactuação, diz respeito ao reconhecimento de que as políticas sociais, contemplando neste caso, a educação, saúde, assistência aos vulneráveis, na prática, ocorrem no âmbito dos municípios. Entretanto, na contramão desta realidade, a maior fatia dos recursos arrecadados, continua concentrados sob a administração do Governo Federal. Correlacionado a isso, podemos afirmar que, por extensão, a oferta da EJA, na maior parte do tempo marginalizada entre as ofertas da Educação Básica, também sofre os reflexos da invisibilidade social identificada no decorrer desta pesquisa (Musial e Araujo, 2022, p.18).

A pesquisa realizada por Miranda, Souza e Pereira (2016), enfatizou não só um contexto histórico sobre a EJA no Brasil, que de acordo com os estudos realizados até aquele período, “permitiu afirmar que a EJA, ainda hoje, não é vista como uma política pública fundamental para a erradicação do analfabetismo no Brasil (Miranda, Souza, e Pereira 2016, p.1).”

Souza e Pereira (2016), citam várias políticas públicas e seus marcos, de forma resumida e sem aprofundamento, e de forma direta enfatiza que “a educação de jovens e adultos (EJA), no Brasil, é marcada pela descontinuidade, e tênues políticas públicas insuficientes, para dar conta da demanda e do cumprimento do direito, nos termos estabelecidos pela Constituição Federal de 1988 (Miranda, Souza, e Pereira 2016, p. 2).

Na metodologia dessa pesquisa, foram feitos estudos bibliográficos de artigos científicos, no período de 20/11/14 a 20/03/2015, encontrados nas bases de dados Lilacs (Literatura Latino Americana e do Caribe em Ciências da Saúde), Scielo (Scientific Eletronic Library Online) e Google acadêmico, organizando-os em ordem cronológica de acontecimentos e interpretando-os de acordo os objetivos da investigação proposta.

Em resumo, os autores concluem o texto argumentando que, se faz necessário a criação de uma política pública educacional que atenda aos anseios dos sujeitos da EJA, e que é exigido investimentos reais que favoreçam a continuidade da oferta de estudos, e a permanência do aluno na escola (Miranda, Souza, e Pereira, 2016, p. 3).

No artigo *Trajetória, avanços e perspectivas da EJA face à BNCC*, de Carvalho et al (2020), percebe-se que o foco sobre a temática mais específica sobre a EJA, é dividida ou alterada para a relação da mesma com a Base Nacional comum curricular. Entretanto, essa relação ou sentido é pertinente a essa abordagem, pois, de acordo com (Carvalho, Carvalho Júnior, Santos e Sousa, 2020);

É perceptível que a trajetória da legislação educacional brasileira trouxe avanços significativos para a EJA, até nos depararmos com a BNCC, documento norteador dos currículos do ensino infantil, fundamental e médio, que não trata do público jovem e adultos que fazem parte de um contingente considerável de pessoas que retornam à escola na busca da elevação do nível de escolaridade (Carvalho, Carvalho Júnior, Santos e Sousa, 2020, p. 57).

Nesse contexto, há uma contundente crítica à tentativa de homogeneização da Educação de Jovens e Adultos com as demais etapas da educação básica. A ausência

de uma detalhada seção com exclusividade para esse público alvo no documento é um indicativo dessa falha (Carvalho, Carvalho Junior, Santos e Sousa, 2020, p. 57).

Percebe-se que no aprofundamento da leitura do texto, a relação estabelecida com a BNCC e suas alterações, pouca coisa é atribuída ou faz-se referência a Educação de Jovens e Adultos, como realmente deveria estar formalizada, pois “como política educacional, a BNCC é editada como referência orientadora da reformulação dos currículos escolares e dos processos nacionais de avaliação. Todavia, em seu teor, não são encontrados conteúdos, métodos e especificidades voltados exclusivamente para a EJA (Carvalho, Carvalho Júnior, Santos e Sousa, 2020, p. 57)”.

Faz-se necessário concordar com as autoras quando conceituam sobre como deve ser o trabalho e a prática pedagógica aplicada na EJA, quando ressaltam que:

Os alunos da EJA trazem na bagagem concepções político-sociais que devem ser respeitadas e os conteúdos teórico-conceituais de seus currículos considerados e aplicados de forma diferenciada dos que são ofertados aos alunos do ensino regular, matriculados em idade apropriada (Carvalho, Carvalho Júnior, Santos e Sousa, 2020, p.58).

Não basta categorizar dentro de um grupo, nem submeter a metodologias tradicionais, é necessário pois considerar as realidades e individualidades, flexibilizar, materializar conteúdos e principalmente buscar a integração e participação dos mesmos no processo ativo da educação e aprendizagem, da cultura e das atividades de modo geral que lhes forem ofertadas.

Além do enfoque e problematização referente a invisibilidade da EJA pelo documento norteador BNCC, o artigo também reitera sobre a questão do currículo, enfatizando que:

Tal constatação corrobora a tese de que o currículo é um elemento fundamental tanto para o sucesso como o insucesso de seus alunos, pois dependendo da forma como é posto pode contribuir para ser um dos vários fatores causadores da evasão escolar e esse talvez seja um dos maiores receios dos defensores da EJA. Desse modo, o currículo proposto não representa coerentemente os direitos fundamentais relativos à educação para os educandos que não tiveram condições de concluir os estudos em idade escolar adequada (Carvalho, Carvalho Júnior, Santos e Sousa, 2020, p.60).

É necessário se repensar o currículo como já abordado em outras pesquisas, se pensar em mudanças que venham dar visibilidade a EJA. A implementação e fortificação de políticas e programas que focalizem a permanência do público da EJA para a sua conclusão. Tais desafios aqui apontados devem ser revestidos de medidas

de superação, a iniciar pelos próprios documentos que norteiam a educação e os currículos no país.

Serra e Furtado (2016), trazem em seu Artigo "*Os Idosos Na EJA: Uma Política de Educação Inclusiva*", os impactos do aumento da expectativa de vida no Brasil, e a valorização da educação ao longo da vida. Estes autores enfatizam a necessidade de políticas públicas inclusivas viabilizando uma nova abordagem nas metodologias de ensino, e a importância da adequação do sujeito idoso na EJA, discutido em debate no Fórum na VI CONFINTEA, Conferência Internacional de Educação de Adultos, ocorrida na cidade de Belém do Pará, e, pela primeira vez no Brasil, em dezembro de 2009.

Serra e Furtado (2016), pontuam que a Conferência Internacional de Educação de Adultos (CONFINTEA VI), reconhece a importância da Educação de Jovens e Adultos como um direito humano fundamental para os idosos, grupo socialmente marginalizado. O documento também frisa que a educação ao longo da vida não deve ser apenas para os sujeitos jovens.

No entanto, a própria Secretaria de Educação, Continuada, Alfabetização, Diversidade e Inclusão (SECAD), responsável por coordenar iniciativas como a EJA, reconhecem os desafios e as barreiras institucionais, e admite que mesmo estando previstas nas políticas públicas da EJA, o que também é amparado pelo documento da IV CONFINTEA, os idosos que buscam pelo conhecimento, não são atendidos em sua totalidade.

Serra e Furtado (2016), destacam que, a inclusão dos sujeitos acima de 60 anos na Educação de Jovens e Adultos, estabelecido pelo marco de Ação de Belém, necessita de maior esforço para que se execute as políticas públicas na EJA, em sua integralidade, e que ofereçam ambientes adaptados a uma nova realidade brasileira contemplando toda a população idosa.

No artigo *Políticas públicas para educação de jovens e adultos: em movimento e disputa* das autoras Marquez e Godoy (2020), depreende-se uma abordagem mais rebuscada do histórico das políticas públicas e implantações ao longo do contexto histórico da EJA, porém, elucida justamente "O fracasso das políticas públicas em decorrência da falta de verbas disponibilizadas é um fato recorrente na história da EJA (Marquez e Godoy, 2020, p. 37) ".

Consideram pertinente compreender as concepções pedagógicas e as políticas públicas que a subsidiaram ao longo do tempo. Esse entendimento da EJA está alicerçado em concepções construídas há décadas, importa-se conhecer e refletir sobre como ocorreu essa construção, interpretar o contexto atual das políticas e das ações pedagógicas desse segmento possibilitando as ressignificações sobre essas concepções.

Consideram ou situam os leitores a respeito das políticas educacionais na sociedade:

As políticas educacionais em uma sociedade fundamentalmente capitalista, em que imperam desigualdades sociais e econômicas, são construídas de forma a atender os interesses de uma classe dominante (classe social que controla o processo econômico e político do país), e manter o sistema de produção. Quebrar esse paradigma para alcançar os direitos democráticos é um desafio e uma luta que se faz presente ao longo de toda a história da EJA (Marquez e Gogoy, 2020, p. 27).

Nesse sentido, a sociedade já é entendida como capitalista, desigual e heterogênea, e o que ocorre é um direcionamento ou controle das políticas por essas camadas exercendo força ou poder sobre as demais áreas. O processo de luta e busca pela democracia é um eixo que existe desde os primórdios da Educação de Jovens e Adultos no país.

Entre outros pontos de interesse para essas abordagens os autores destacam que com o fim do Estado Novo e da Segunda Guerra Mundial em 1945, a educação popular e a alfabetização de adultos passaram a ser vistas como um instrumento para a redemocratização e o desenvolvimento do país, sendo necessário integrar a população imigrante, aumentar as bases eleitorais e melhorar a produtividade (BRASIL, 2001).

Marquez e Gogoy (2020), destacam as contribuições da educação Freireana para a Educação de Jovens e Adultos, salientando que:

Freire desenvolveu, no início dos anos 1960, no Nordeste, um método de alfabetização de caráter político, conscientizador e libertador, que propunha promover a cidadania e a transformação social, levando os alunos a aprenderem a linguagem escrita mediante a discussão de seus conhecimentos e de suas experiências de vida (Marquez e Godoy, 2020, p. 31).

Esse tipo de abordagem de educação política, perdurou e se tornou de grande representatividade, ferramenta de transformação social e que considera o contexto de

vida dos pares, os alunos devem ser educados e estimulados através dos conhecimentos e das vivências que lhes são atribuídas. As relações de aprendizagens acontecem com mais fluidez quando se considera o contexto social e individual.

Marquez e Godoy, (2020), pontuam também, o lugar quase imperceptível que a EJA ocupa na BNCC, provando que no seu contexto histórico, a EJA demanda estar sempre em luta para não ser colocada em segundo plano nas políticas públicas educacionais. a BNCC neste caso foi bastante criticada, e é um dos motivos da influência da iniciativa privada em suas concepções.

O trabalho trouxe em suas discussões um olhar sobre o contexto social, político e econômico presente na construção das ações pedagógicas e das políticas públicas ao longo da história da EJA, considerado fundamental para a ressignificação e fortalecimento dessa modalidade na atualidade (Marquez e Godoy, 2020, p.40).

O artigo que traz como título: *BNCC e Dop's Como Instrumentos Políticos-Ideológicos das Políticas Educacionais da EJA (2024)*, dos autores Nogueira, Santos e Maia (2024) é um estudo mais atual, e se destaca neste artigo, o ambiente noturno educacional da EJA, como um turno vulnerável, levando em consideração o seu público estudantil, na maioria pais, mães, trabalhadores e trabalhadoras, oprimidos pelo capital, e oriundos de um ciclo perpetuo de pobreza que se eterniza dia após dia.

Libâneo (2016), aponta para a necessidade de mudança nas políticas educacionais voltadas para EJA, e pontua que as ações governamentais estão atreladas ao interesse do mercado internacional, onde a escola negligencia o seu papel no processo de aprendizagem, preocupando-se mais com as competências. Neste ponto de vista, falta democracia quando se relaciona as orientações da BNCC. Ainda sobre esse artigo, Libâneo (2016), elenca sobre as políticas públicas que afetam diretamente essa etapa em específico. Nesse sentido, indicam orientações políticas, administrativas e dimensões organizacionais de políticas públicas para essa modalidade de ensino.

Foi necessário, o desenvolvimento de uma análise embasada nas principais fontes de dados coletadas nesta pesquisa, para identificar os aspectos que podem contribuir para a eficácia dos programas educacionais na modalidade da EJA. As leituras realizadas, fundamentam a percepção de que, a Educação de Jovens e Adultos em toda sua trajetória, vem sendo marcada pelo não direcionamento adequado de recursos, responsáveis por impossibilitar uma infraestrutura que se ajuste as suas necessidades, caracterizando a baixa valorização da modalidade.

### 3.1. Critérios de avaliação de eficácia na EJA

Para essa explanação de caráter mais conclusivo, será descrito como os autores avaliam a eficácia de determinados programas educacionais existentes, no percurso histórico da EJA, identificados nas pesquisas citadas, assim como os aspectos referentes aos programas educacionais ou políticas educacionais da etapa supracitada, demonstrado no último subtópico, aspectos limitantes dos programas apresentados e possíveis enfrentamentos e melhorias.

Percebe-se que pela ótica das revisões bibliográficas, há muitas visões no que diz respeito a eficácia dos programas para EJA e sobre a aplicação de determinadas políticas públicas. Deve-se isso, sobretudo a realidade desafiadora e subestimada da modalidade acima citada. Os programas existentes tendem a ser vistos por seu objetivo principal, incentivo social, amparo e investimentos destinados a ela para a própria subsistência.

Ao adentrar o site do FNDE, em suas últimas atualizações, que datam do dia 12/04/2024, temos o (PBA), Programa Brasil Alfabetizado, como um programa significativo e que possui metas a serem batidas, dentre os recursos remanescentes ofertados, destina-se à formação dos voluntários, tanto na etapa inicial como na continuada; aquisição de material escolar; aquisição de material para o alfabetizador; aquisição de gêneros alimentícios destinados exclusivamente aos alfabetizandos; transporte para os alfabetizandos; aquisição ou reprodução de materiais pedagógicos e literários, para uso nas turmas; e reprodução dos testes cognitivos a serem aplicados aos alfabetizandos e reprodução de certificados para os beneficiários do Programa, assim como informações detalhas sobre a legislação referente a sua implantação e continuidade.

(Santos, 2021) cita sobre o Programa Brasil Alfabetizado;

Então percebemos que o programa teve como alvo central contribuir para a universalização do ensino fundamental no país juntamente com a colaboração e parceria com o governo federal, estados e municípios que apresentavam índices altos de analfabetismo (Santos, 2021, p. 12).

Desse período em diante percebe-se que os movimentos políticos e contexto sociais remeteram para melhorias na área da EJA, favorecendo sua abrangência,

investimento e significância quanto ao desenvolvimento intelectual dos adolescentes e adultos, com foco na alfabetização do público fora da faixa etária escolar do ensino regular.

A efetividade desse programa na modalidade se deu de forma singular, e em 1988 com a constituição federal fica nítido a atenção que é dada a essa modalidade, atender os sujeitos que não tiveram a oportunidade de concluir seus estudos na idade certa, própria entre os quatro e dezessete anos e que mesmo sendo um direito, compete ao Estado garantir a consecução deste para estes sujeitos.

Com a LDB/1996, a modalidade passa a ser enfatizada no ensino fundamental e médio, tratada com suas particularidades e especificidades próprias. Nos dias atuais percebe-se que são poucos senão escassos os programas voltados para a EJA, e como destacado nas pesquisas, as novas tendências e mudanças ocorridas na estrutura do programa Brasil Alfabetizado por exemplo, pode ser considerado que obteve resultados, mesmo diante dos desafios se estabelecer enquanto uma modalidade própria e que mantivesse angariada para a permanência dos alunos, verifica-se que nos sites do MEC (Ministério da Educação) FNDE (Fundo Nacional de Desenvolvimento da Educação) o programa se efetivou no contexto da EJA.

### **3.2 Limitações dos programas e possíveis melhorias**

De acordo com a contextualização produzida nesse trabalho, constata-se que os dados coletados e analisados, condizem com a problemática apresentada no início da pesquisa, a qual destaca-se a importância da compreensão dos fatores, que influenciam negativamente a modalidade de ensino supracitada. Permite-se com esse alinhamento, um diálogo com esse corpo teórico, para um aprofundamento e discussão destes elementos que permitam possíveis alternativas para melhorar o acesso e a qualidade dos programas educacionais, destinados à Educação de Jovens e Adultos.

Sobre esse tipo de pensamento ou ideologia Cerrati (2007), dialoga que o intuito governamental através das políticas públicas voltadas para a EJA, tem ainda o enfoque em habilidades profissionais, descartando as perspectivas políticas e sociais na formação do cidadão. A preocupação em qualificar jovens para o mercado de trabalho, e visto como um anseio governamental pela expansão da mão de obra trabalhista, para um país em desenvolvimento. Esse interesse, contemporiza com a

negligência na inserção de grupos marginalizados, bem como idosos, mulheres e indígenas tanto nos primórdios da Educação de Jovens e Adultos, como no contemporâneo.

A respeito de uma limitação citada na maioria dos trabalhos apresentados refere-se a infantilização do conteúdo destinado a EJA, assim como o currículo e os métodos tradicionalistas abordando nessa linha de argumentação, Santos (2021) elenca que:

Os sujeitos da EJA possuem identidade, características, próprias muitos destes alunos/as foram colocados a margem no processo educacional por motivos diversos. Seja porque tiveram que fazer escolhas entre o trabalho desde cedo para garantir sua sobrevivência, problemas sociais em diversos aspectos enfim é uma série de fatores (Santos, 2021, p. 14).

Tais abordagens fixas e tradicionalistas tendem a compactuar com um outro problema apresentado na maioria dos artigos pesquisados: a demanda crescente de evasão da modalidade escolar da EJA. Um dos fatores que levam a isso é justamente a didática engessada adotada em que muitos profissionais, seja por imposição do currículo ou resistência a mudanças, trata esse público diverso e heterogêneo de forma uniforme. Assim, suas experiências, realidades, contexto de trabalho, e participação na sociedade são negligenciados por uma prática pedagógica desatualizada e excludente.

Como outro ponto de reflexão onde a avaliação se torna negativa é na relação do idoso na própria legislação da LDB Lei n. 9.394/1996, no Artigo 37 da Educação de Jovens e Adultos e demais conjunturas da EJA, como é destacado por Serra e Furtado (2016), que:

A legislação em vigor remete a uma reflexão sobre a inserção dos idosos em contextos escolares e não escolares, como direito garantido e, sobretudo, por uma questão de exercício de cidadania, em que se constroem as condições de igualdade, entendida como isonomia e que se qualifica no direito comum à ação e opinião, ou seja, no reconhecimento do direito de cada um e de todos à participação na vida (Serra e Furtado, 2016, p. 152).

Nesse sentido, Serra e Furtado (2016) direcionam a pesquisa para discutir as às condições da inserção do idoso nessa política educacional. Mesmo que a legislação antecipe que os idosos e os demais públicos sejam atendidos, inclusos, e respeitados, na prática, essa realidade não é correspondente a esse ideal. Serra e Furtado (2016), enfatizam que no que tange à educação, as pesquisas mencionadas

revelam que a população idosa é menos escolarizada que as gerações mais jovens, sendo significativo o número de analfabetos e daqueles que possuem dificuldades na leitura e escrita.

Serra e Furtado (2016, p.157) ainda pontuam que a despeito dos resultados positivos alcançados, pela categoria idosa na EJA, ainda permanece como desafio principal: a efetiva garantia e inclusão dos idosos na EJA. Os autores já mencionados enfatizam que para que os idosos se sintam pertencentes a esse ambiente, é criterioso o compromisso de todos na elaboração de propostas pedagógicas que respeitem esses sujeitos, bem como garantia de políticas públicas educacionais que promovam a inclusão social.

Como possibilidades de melhorias, não há como pensar em educação como direito público subjetivo apenas no ensino fundamental para jovens, adultos e idosos, sem uma clara definição no sistema de ensino, de mudanças necessárias nas estratégias de acesso, permanência e qualidade do conhecimento produzido (Serra e Furtado, 2016, p. 158).

Em dados de pesquisas recentes, muito se tem discutido sobre o ajustamento da EJA com a Base Nacional Comum Curricular (BNCC). Santos (2021, p. 16), ressalta pontua que essa nova resolução tem sido motivo de críticas, sobretudo pelo enquadramento inadequado da Educação de Jovens e Adultos, no formato da Base Nacional Comum Curricular (BNCC), tendo em vista que a modalidade EJA, possui características distintas, comparados com os demais níveis do ensino regular.

Outro aspecto limitante encontrado na pesquisa, está relacionado com a oferta de outros programas complementares, voltados para subsidiar a Educação de Jovens e Adultos, na tentativa de incorporar grupos que, por razões distintas, não concluíram a educação básica. Programas dentre os quais figuram o (PEJA), Programa de Apoio aos Sistemas de Ensino para Atendimento à Educação de Jovens e Adultos, o Projovem Urbano (Programa Nacional de Inclusão de Jovens na área urbana), Bem como o Projovem Campo–Saberes da Terra, que tem por finalidade incluir jovens das regiões rurais. O desenvolvimento desses programas tem por objetivo complementar novas oportunidades e proporcionar um melhor ensino e aprendizado para esse público alvo.

Com relação aos seus programas, a EJA tem como principais limitações a adaptação do currículo as necessidades dos alunos, falta de recursos adequados, a flexibilização de horários, personalização do currículo, e a deficiência na formação de professores.

As possíveis melhorias envolvem a flexibilização dos horários, personalização do currículo, investimento em formação continuada para os professores, uso de tecnologias educacionais e fortalecimento do apoio psicossocial para os alunos.

#### 4. CONSIDERAÇÕES FINAIS

A importância do conhecimento aprofundado da história da Educação de Jovens e Adultos, no Brasil, possibilitou identificar os avanços, retrocessos, lacunas e obstáculos enfrentados por essa modalidade de ensino, desde a cooperação dos jesuítas em seus primórdios, até a contemporaneidade. Os estudos realizados revelaram que a modalidade já mencionada, passa por ascensão e declínios frequentes, sobretudo, influenciados pela governabilidade no nosso país, a qual, é responsável por legitimar a governança encarregada pela implementação dos aportes financeiros e estruturais para a educação.

A revisão bibliográfica aponta para medidas urgentes na inclusão absoluta desses grupos marginalizados, para além de garantir cumprimentos das diretrizes dos OI, organismos internacionais, mas também, em especial, a promoção da justiça social e emancipação dos sujeitos envolvidos no processo. O apoio e investimentos contínuos para a EJA, são temas unânimes destacados para que haja uma melhoria no atendimento desse público, que busca por emancipação e um futuro melhor, por meio do conhecimento que só o ensino inclusivo pode lhes proporcionar.

Com base nas análises das publicações pesquisadas, observa-se que a persistência do currículo tradicional na EJA, é também um aspecto crucial que impossibilita a adequação às mudanças e as transformações sociais pelas quais a modalidade (EJA) vivencia. Fatores como, maior expectativa de vida dos brasileiros e a busca pelo ensino na terceira idade, são elementos tangíveis da contemporaneidade. Neste contexto, destaca-se na literatura, a ausência de políticas públicas consistentes que priorizem a estruturação de um currículo sólido e desenvolvido, para garantia integral no atendimento à diversidade geracional da EJA e suas peculiaridades.

Outro fator sistemático apresentado na revisão bibliográfica dos temas examinados, diz respeito a importância da capacitação docente. A formação dos professores da EJA é vista como essencial e deve ser conduzida de forma reflexiva pelos professores, sobre seu papel social e comprometimento com a inclusão, considerando os aspectos sociais, econômicos e culturais dos alunos. Apesar de o corpo docente trazer conhecimentos adquiridos em sua trajetória, os trabalhos desenvolvidos demonstram que ainda há muitos desafios institucionais na formação

docente, e apontam falhas nas políticas públicas em garantir a capacitação adequada para os professores da EJA. Tais premissas são marcadas por oscilações frequentes, resultante da alternância política no país, e responsável por agravar ainda mais os obstáculos enfrentados por essa modalidade. Soma-se a esses desafios, a alta taxa de evasão escolar na EJA, como um fator que compromete da mesma forma a eficácia de programas para a modalidade.

Além disso, a deficiência no aporte financeiro, bem como a condição marginalizada da EJA, são elementos comprometedores do desenvolvimento e a eficácia dos programas educacionais para a Educação de Jovens e Adultos. A necessidade urgente de aprimoramento das políticas educacionais para a modalidade EJA, é consenso em torno de todos os materiais pesquisados.

Compreende-se que, a contribuição da pesquisa se destaca pela crítica analítica das políticas educacionais direcionadas a EJA, que pôde identificar avanços como também retrocessos enfrentados pela modalidade de ensino já me dominada.

Sob essa ótica, conclui-se que, as políticas públicas para a EJA precisam ser repensadas, desvinculando-se da mera capacitação dos sujeitos para o mercado de trabalho, onde prioriza-se tão somente os interesses no desenvolvimento tecnológico e financeiro do país, bem como seu poder de compra sem levar em consideração o conhecimento emancipador que proporciona o ensino.

De modo geral, a análise da pesquisa mostrou que as políticas públicas educacionais voltadas para a Educação de Jovens e Adultos, precisam de maior comprometimento, seriedade e incentivos para garantia de sua continuidade e assim alcançar os objetivos específicos da modalidade. Programas que não atendem às necessidades específicas de cada aluno, estão identificados como principais pontos entre os estudos, dentre alguns dos aspectos observados nos textos, diz respeito à insuficiência de recursos, adaptação de abordagens pedagógicas, entre outros fatores que reduzem a efetividade dos programas educacionais para essa modalidade.

O aprofundamento nas análises das políticas educacionais para a EJA, constitui-se umas das perspectivas futuras deste estudo, que visa ampliar discursões sobre novos métodos pedagógicos e o desenvolvimento de estratégias para aprimorar e fortalecimento e o desempenho acadêmico na modalidade supracitada.

## REFERÊNCIAS

- ARROYO, Miguel. **Passageiros da noite - Do trabalho para a EJA**: itinerários pelo direito a uma vida justa. 1ª ed. São Paulo: Editora Vozes, 2010.
- BRANDÃO, Carlos Rodrigues. **O que é método Paulo Freire**. 1ª ed. São Paulo: Brasiliense, 2011.
- BRASIL. Ministério da Educação. **Política Nacional de Educação de Jovens e Adultos**. Brasília: MEC, 2006.
- CARVALHO, Kely Rejane Souza Anjos; CARVALHO JÚNIOR, Ciro Ferreira de; SANTOS, Jocyleia Santana; SOUSA, Graciene Reis. **Trajetória, avanços e perspectivas da EJA face à BNCC**. Educação em Revista, Marília, SP, v. 21, n. 2, p. 51–64, 2020. DOI: [10.36311/2236-5192.2020.v21n02.05.p51](https://doi.org/10.36311/2236-5192.2020.v21n02.05.p51). Disponível em: <https://revistas.marilia.unesp.br/index.php/educacaoemrevista/article/view/10008>. Acesso em: 28 out. 2024.
- SANTOS, Maria do Socorro dos. **Alfabetização e letramento na EJA**: estudo de caso do Programa Brasil Alfabetizado / Maria do Socorro dos Santos. - 2021. 25 f.
- CERATTI, Márcia Rodrigues Neves. **Políticas públicas para a educação de jovens e adultos**. Dia A Dia Educação, Meio Eletrônico, p. 1-26, 2007. Disponível em: <http://www.diaadiaeducacao.pr.gov.br/portals/pde/arquivos/242-2.pdf>. Acesso em: 06 out. 2024.
- COSTA, Cláudia Borges; MACHADO, Maria Margarida. **Políticas públicas e educação de jovens e adultos no Brasil**. 1ª ed. Brasília: Liber Livro, 2018.
- FERNANDES, Ana Paula Cunha dos Santos; OLIVEIRA, Iranildo da Silva. **Evasão na EJA**: um desafio histórico. Revista Educação & Formação, v. 5, n. 1, p. 1-20, 2020. Universidade Estadual do Ceará. DOI: 10.25053/redufor.v5i13.990. Recebido em: 05 fev. 2019. Aprovado em: 01 jul. 2019.
- FREIRE, Paulo. **Pedagogia do Oprimido**. 62ª ed. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 2019.
- FREIRE, Paulo. **Pedagogia do oprimido**. 50ª edição. São Paulo: Paz e Terra, 2011.
- GADOTTI, Moacir; ROMÃO, José Eustáquio. **Educação de Jovens e Adultos**: teoria, prática e proposta. 1ª ed. São Paulo: Cortez, 2012.
- LAKATOS, E. M.; MARCONI, M. A. **Fundamentos de metodologia científica**. São Paulo: Atlas, 2001.
- LOPES, Selva Paraguassu; SOUSA, Luzia Silva. **EJA**: uma educação possível ou mera utopia. Revista Alfabetização Solidária (Alfasol), v. 5, p. 75-80, 2005.
- MUSIAL, G. B. da. S.; ARAÚJO, J. de A. **Políticas Públicas de/para a Educação de Jovens e Adultos**: um balanço de artigos publicados no portal de periódicos CAPES. Educar em Revista, v. 38, p. e82090, 2022.

NOGUEIRA, Maíra Silva; SANTOS, Emina Márcia Nery dos; MAIA, Anderson Madson Oliveira. **BNCC e DOP's como instrumentos político-ideológicos das políticas educacionais da EJA**. Revista Teias, v. 25, n. 77, p. 280-294, 2024.

OLIVEIRA, Inês Barbosa de. **Organização curricular e práticas pedagógicas na EJA**: algumas reflexões. *In*: OLIVEIRA, Inês Barbosa de & PAIVA, Jane (Organizadores) - Educação de Jovens e Adultos. Petrópolis, RJ: DP et Alii, 2009.

PEREIRA, Laura Marconi da Silva. V CONEDU, 2018, Rio de Janeiro. **Abordagens Pedagógicas na Educação de Jovens e Adultos**. Rio de Janeiro: Realize, 2018. Disponível: [https://editorarealize.com.br/editora/anais/conedu/2020/TRABALHO\\_EV140\\_MD4\\_SA11\\_ID\\_14082020134026.pdf](https://editorarealize.com.br/editora/anais/conedu/2020/TRABALHO_EV140_MD4_SA11_ID_14082020134026.pdf). Acesso em: 06 out. 2024.

PIERRO, Maria Clara di; GALVÃO, Ana Maria de Oliveira. **Preconceito contra o analfabeto**. 1ª ed. São Paulo: Editora Autêntica, 2015.

ROMÃO, José Eustáquio. **Paulo Freire e a Educação de Jovens e Adultos**. 1ª ed. São Paulo: Paz e Terra, 2021.

SANTOS, Maria do Socorro dos. **Alfabetização e letramento na EJA**: estudo de caso do Programa Brasil Alfabetizado. 2021. 25 f. Trabalho de Conclusão de Curso (Graduação em Pedagogia a Distância) - Centro de Educação, Universidade Federal do Rio Grande do Norte, Natal, 2021.

SERRA, Deuzimar Costa; FURTADO, Eliane Dayse Pontes. **Os idosos na EJA**: uma política de Educação inclusiva. Olhar de professor, v. 19, n. 2, p. 149-161, 2016.

UNESCO. **Recomendação sobre Aprendizagem e Educação de Adultos**, 2015. Paris: UNESCO, 2015.

BRASIL. MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO. **Fundo Nacional de Desenvolvimento da Educação**: ações e programas suplementares eja. 2020. Disponível em: [https://www.gov.br/fnde/pt-br/aceso-a-informacao/acoes-e-programas/programas/programas\\_suplementares/eja](https://www.gov.br/fnde/pt-br/aceso-a-informacao/acoes-e-programas/programas/programas_suplementares/eja). Acesso em: 29 out. 2024.